

**DESAFIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA**

Pricila Cabral Coelho Moraes<sup>1</sup>  
Valdirene Pereira Santana Langer<sup>2</sup>  
Aparecida Cavalcante Amaral<sup>3</sup>  
Elisângela Maria da Silva<sup>4</sup>  
Laide Pereira de Jesus<sup>5</sup>  
Marina Furtado e Rocha<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios encontrados durante o processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais na escola, buscando alternativas para desenvolver uma educação inclusiva e bem-sucedida. O que a educação proporciona para eles? O que é ensinado? No entanto, é importante discutir sobre os seus direitos principalmente para aqueles que estão inseridos nas salas de aula dos anos iniciais. A metodologia desse trabalho foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, nossa fundamentação teórica baseou-se nos estudos de autores conceituados ancorados nos estudos realizados por Ferreiro (1993, 2005), Freire (1996), Soares (2004), BNCC (2017), entre outros que contribuíram sobre a temática abordada. Dessa forma, enfatizamos o processo de alfabetização de crianças especiais e os desafios dentro do contexto social da escola, verificando a atual realidade. Assim, ressaltamos a importância da adaptação do ensino e da cooperação entre os diferentes agentes envolvidos para assegurar o sucesso acadêmico e social dos alunos com necessidades especiais, fomentando assim uma educação inclusiva de qualidade.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Crianças especiais. Escola.

**CHALLENGES IN THE LITERACY PROCESS OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS AT SCHOOL**

**ABSTRACT:** The present work aims to reflect on the challenges encountered during the literacy process of students with special needs at school, seeking alternatives to develop an inclusive and successful education. What does education provide for them? What is taught? However, it is important to discuss their rights, especially for those who are then inserted into early years classrooms. The methodology of this work was carried out through a qualitative approach, our theoretical foundation was based on studies by renowned authors anchored in studies carried out by Ferreiro (1993, 2005), Freire (1996), Soares (2004), BNCC (2017), among others who contributed to the topic covered. In this way,

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação, Linguagens e Tecnologias pelo PPGIELT- Universidade Estadual de Goiás - UEG. Especialista em Educação, Direito e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Graduada em Letras- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. E-mail: pricilamoraes1982@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-graduada em Psicopedagogia pelo Institucional MT de Pós graduação- IMP. Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (UNIVAR). E-mail: Vsantanalanger@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Educação Infantil pela Interdisciplinar do Brasil – Ibr. Graduada em Pedagogia pela Interdisciplinar do Brasil – Ibr. E-mail: aparecidacavalcantebg@gmail.com:

<sup>4</sup> Pós-graduada em Educação Infantil/Alfabetização pela Faculdade do Instituto Panamericano-FACIPAN. Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. E-mail: Elisangelafelixx@gmail.com.

<sup>5</sup> Pós-graduada em Psicopedagogia pelo Instituto Varzeagrandense de Educação Programa de Pós Graduação - Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (UNIVAR). E-mail: laidepereira465@gmail.com

<sup>6</sup> Pós-graduada em Educação Ambiental fiv/avec Faculdades integradas de Várzea Grande / Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. PARFOR E-mail: marinhabio@gmail.com.

we emphasize the literacy process of special children and the challenges within the social context of the school, verifying the current reality. Therefore, we emphasize the importance of adapting teaching and cooperation between the different agents involved to ensure the academic and social success of students with special needs, thus promoting quality inclusive education.

**Keywords:** Literacy. Special kids. School.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste estudo são examinados os desafios encontrados durante o processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais na escola, buscando alternativas para desenvolver uma educação inclusiva e bem-sucedida. As estratégias de ensino incluem a utilização de recursos tecnológicos, capacitação contínua dos professores e parcerias entre escola, família e profissionais especializados.

No decorrer do texto é ressaltada a importância da adaptação do ensino e da cooperação entre os diferentes agentes envolvidos para assegurar o sucesso acadêmico e social dos alunos com necessidades especiais, fomentando assim uma educação inclusiva.

Planejar a aula com diferentes recursos pedagógicos adaptados para cada criança, atendendo as suas necessidades, ajuda a minimizar suas limitações funcionais, motoras e sensoriais, possibilitando assim, o seu desenvolvimento durante o processo de aprendizagem. O professor juntamente com a equipe pedagógica da escola deve planejar esses recursos, mas para isso, é necessário que observem com atenção a criança, nas atividades de sala de aula, buscando identificar a necessidade de cada uma delas.

Muitos professores não recebem formação adequada para gerir a diversidade nas suas salas de aula, resultando numa instrução inadequada e ineficaz para a aprendizagem. Investir na formação de professores é essencial para uma educação inclusiva e equitativa.

A necessidade de adaptar currículos e métodos de ensino para atender às necessidades dos alunos com necessidades especiais é um desafio constante para as instituições de ensino.

É necessário repensar os métodos tradicionais de ensino e encontrar estratégias únicas que tornem a aprendizagem mais eficaz para os alunos, respeitando ao mesmo tempo a singularidade e as capacidades dos alunos.

É muito importante discutir as dificuldades que os alunos com necessidades especiais enfrentam no processo de alfabetização na escola, desde a socialização da criança com os colegas e professores, bem como a sua interação e ludicidade com o mundo das linguagens. Isso exige uma maior atenção dos professores envolvidos e investimentos em recursos pedagógicos, para que os alunos com necessidades especiais tenham pleno acesso e igualitário ao currículo da escola e às mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica por meio da abordagem qualitativa. Essa abordagem é de grande importância, sendo assim “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122).

O presente estudo baseou-se em autores conceituados ancorados nos estudos realizados por Ferreira (1993, 2005), Freire (1996), Soares (2004), BNCC (2017), entre outros que contribuíram sobre a temática abordada.

### **3 REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS E DIFICULDADES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

O educador que age com democracia não pode negar-se de, na sua práxis docente, reforçar a qualidade crítica do aluno, sua curiosidade, sua insubmissão. No entanto Para que a atuação do professor melhore, é preciso de uma complementação da escola para oferecer condições para que ele faça e dê o seu melhor com a educação para seus alunos, ou seja, devem ter a garantia do melhoramento em sua formação continuada, e no engajamento do ensino especial, com os conteúdos para apropriação de conhecimentos, valores e atitudes que colaborem no entendimento das mais diversas situações de aprendizado, enfocando principalmente atitudes de aceitação e respeito às diferenças individuais. E todos têm o direito a estar incluídos aos eventos da sociedade. A relação entre professor e aluno deve ser uma relação dinâmica, como toda e qualquer relação entre seres humanos. Porém, nesta relação ambos ensinam e aprendem ao mesmo tempo, pois somos dotados de qualidades e de defeitos.

A família também é fator principal no que diz respeito aprendizagem nas questões básicas da nossa sociedade. À medida que a criança se desenvolve, interage cada vez mais com as pessoas fora do círculo familiar, num processo de socialização. A escola também é muito importante quase tanto a família propiciando á criança à convivência num grupo mais amplo de indivíduos.

A criança é um ser completo, ela é competente, pois ao entrar na escola já traz consigo vivências e conhecimentos prévios que a escola deve aproveitar como alicerces para seu desenvolvimento e dessa maneira também assumirão uma função pedagógica. A criança, contudo, tem dificuldade para articular os conteúdos e novas experiências. Nossa sociedade está em constantes transformações, à escola, além de ter a função de ensinar os conteúdos sistematizados, assume a responsabilidade de desenvolver as habilidades sociais que antes eram consideradas encargos apenas da família.

Assim, não existe uma idade ideal para o aprendizado da leitura. As crianças aprendem a ler participando de atividades de uso da escrita com as pessoas que dominam esse conhecimento aprendem a ler quando acham que podem fazer isso, pois cada criança aprende no seu próprio tempo. Desta maneira, para que esta aprendizagem aconteça é preciso que haja a participação em atos de leitura e escrita desde o início da escolarização. Se os alunos compreendem a escrita, no final dessa etapa eles

estarão naturalmente alfabetizados ou aptos a dar passos mais ousados em seus papéis de leitores. Nesse sentido, Maciel, Lúcio (2009), afirma que:

[...] A simples memorização das famílias silábicas não é suficiente para levar o aluno a conhecer diferentes valores sonoros representados pelos grafemas, bem como estruturas silábicas variadas. Ressaltamos, contudo, que esse conhecimento/ habilidade de reconhecer as diferentes famílias silábicas é parte integrante do processo inicial da aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, a memorização dessas famílias é um dos componentes do processo de alfabetização, mas não é nem pode ser o único [...]. (MACIEL, LÚCIO, 2009, p. 24).

O importante é sabermos qual é o melhor método e até se ele deve ou não ser usado. Deve se previr com antecedência que método usar, levando em consideração as características dos alunos, da escola e do próprio professor. Além disso, em determinados momentos do processo de alfabetização, pode ser necessário utilizar procedimentos de mais de um método, já que não existe turma homogênea.

Método é o caminho para se chegar a um determinado fim. Esse caminho não deve ser aleatório, mas planejado e consciente para que se chegue ao objetivo proposto. A discussão a respeito do método de alfabetização tem contraposto o método analítico ao método sintético.

O educador que age com democracia não pode negar-se de, na sua práxis docente, reforçar a qualidade crítica do aluno, sua curiosidade, sua insubmissão.

Faz parte das situações em que aprender criticamente pressupõe por parte dos educandos que o professor possuiu ou ainda possui diversas experiências da execução de alguns conhecimentos que não podem simplesmente ser transferidos.

Postamente, nas situações de verdadeira aprendizagem os alunos vão se transformando em verdadeiros indivíduos da formação e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do estudante, igualmente sujeito do processo.

Os desafios que estes alunos podem enfrentar na aprendizagem da leitura e da escrita são enormes e complexos. Desde deficiências visuais ou auditivas até transtorno do espectro do autismo ou transtorno de déficit de atenção, cada aluno com necessidades especiais enfrenta desafios únicos que exigem uma abordagem diferente dos professores. É importante compreender as características de cada caso para fornecer suporte adequado durante a alfabetização.

A falta de preparação dos professores para satisfazer as necessidades específicas de alfabetização dos alunos é uma preocupação real.

A necessidade de adaptar currículos e métodos de ensino para atender às necessidades dos alunos com necessidades especiais é um desafio constante para as instituições de ensino. É necessário repensar os métodos tradicionais de ensino e encontrar estratégias únicas que tornem a aprendizagem mais eficaz para os alunos, respeitando ao mesmo tempo a singularidade e as capacidades dos alunos. Daí, a importância do papel, o mérito da paz com que viva a convicção de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar corretamente.

Não podemos comparar a leitura crítica com uma compra de mercadorias por quantidades grandes. A leitura verdadeira leva em consideração a qualidade daquele conteúdo bem como sua compreensão, por isso as práticas pedagógicas são de suma importância para a realização desta leitura.

Ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem decência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 1996, p.23)

Isto quer dizer que o professor e o aluno trabalham no sistema educativo á base de troca, pois todos os dias aprenderam alguma coisa nova e também temos a oportunidade de ensinar algo novo.

Para que a atuação do professor melhore, é preciso de uma complementação da escola para oferecer condições para que ele faça e dê o seu melhor com a educação para seus alunos, ou seja, devem ter a garantia do melhoramento em sua formação continuada, e no engajamento do ensino especial, com os conteúdos para apropriação de conhecimentos, valores e atitudes que colaborem no entendimento das mais diversas situações de aprendizado, enfocando principalmente atitudes de aceitação e respeito às diferenças individuais. E todos têm o direito a estar incluídos aos eventos da sociedade.

Os conhecimentos adquiridos e necessários à formação dos educadores, inclusive os que atuam na educação especial valorizam a educação comum a realizar a inclusão, porém ainda existe uma grande carência de profissionais capacitados bem como uma boa estrutura que garanta a oferta de uma educação de qualidade para um ensino diferenciado a estas crianças com dificuldades educativas. Porém, ressalta que a inclusão não se caracteriza por uma permanência em sala de aula, junto com os demais alunos. E, mais importante, que essa definição não traz em sua bagagem a ideia de negação de serviços especializados àqueles que deles necessitam.

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BNCC, 2017, p. 14).

Então, para isto a figura do professor da educação especial é central no contexto da educação inclusiva. Ele tem sido chamado a preparar-se para corresponder às novas exigências, obtendo novos conhecimentos e competências mostrando no contexto em que atua uma relação positiva com os alunos com necessidades especiais no desenvolvimento das aulas num processo de adaptação do sistema educativo. Destacamos que é papel social da escola desenvolver práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas de todos os alunos, sem distinção de currículo, por meio do respeito à diversidade, de maneira que todos os educandos aprendam juntos.

O professor (da classe especial) certamente conhece o diagnóstico do aluno - as principais características e decorrências de seu quadro patológico – mas quase nunca usa este dado como ponto de partida para conhecer as potencialidades do sujeito. O diagnóstico é mais frequentemente visto como um fator limitante na vida escolar do aluno: define o que o sujeito pode fazer. Paradoxalmente, a situação da escola regular não é muito diferente. Falta, na maioria dos casos, uma reinterpretação das dificuldades e necessidades do aluno no contexto escolar. (FREIRE & VALENTE, 2001, p.15)

A partir da compreensão e a vivência de diversas situações de comunicação, o educador tem condições de perceber claramente o processo de apropriação de conhecimento feito por seus alunos e, especificamente as dificuldades na alfabetização, pensando na leitura e escrita. Desta forma, é possível planejar a mediação e a intervenção pedagógica com intuito de melhorar a atuação do educador.

A prática pedagógica compreende dois pontos principais: a participação construtivista do aluno no processo de aprendizagem e a necessidade de intervenção dos professores na aprendizagem dos conteúdos.

O que ocorre principalmente na alfabetização das crianças, isto consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais amplo, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações – leitura e escrita.

Dessa forma, esse processo não se resume apenas na aquisição das habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender criticar, resignar e produzir conhecimentos.

O aluno precisa encontrar os usos sociais da leitura e escrita. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral.

[...] Quando a criança faz suas primeiras tentativas para escrever, é desqualificada de imediato porque “faz garatujas”. Desde as primeiras escritas o traçado deve ser correto e a ortografia convencional. Ninguém tenta compreender o que a criança quis escrever, porque se supõe que não possa escrever nada até ter recebido a instrução formal pertinente (na realidade: é melhor que não escreva até não saber grafar de modo conveniente). Ninguém tenta retraduzir o que a criança escreveu, porque lhe nega o direito de aproximar-se da escrita por um caminho diferente do indicado pelo método escolhido pelo professor. (FERREIRO, 1993, p. 30).

A alfabetização do estudante proporciona sua socialização já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros alunos, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. Então, para que haja a alfabetização é preciso que exploremos as novas abordagens sistemáticas onde encontramos um amplo leque de atividades, articulado com o planejamento escolar.

No entanto, o processo de alfabetização estaria, de acordo com o nosso ponto de vista, mais direcionado aos processos de intervenção do que o material por si só. Pois ainda encontramos atividades

com orações estereotipadas, que fica difícil de conduzir os alunos à uma leitura significativa, com função comunicativa e informativa.

Nesses manuais apresentam-se orações estereotipadas, impossíveis de encontrar em textos com função comunicativa, informativa ou puramente estética: “Minha mamãe me ama”, “O boi baba”, “O dedo de Dudu dói” são pseudo-enunciados que só existem nos manuais escolares, que comunicam nada, que nos informam acerca do nada e que as crianças devem aceitar sem perguntar “que quer dizer”. (FERREIRO, 1993, p. 34).

Podemos dizer que as crianças nascidas em famílias alfabetizadas e com acesso ainda que moderado a materiais escritos de diferentes naturezas e certa experiência em situações nas quais seja possível presenciar atos significativos de leitura e escrita contraem, de forma bastante tranquila o entendimento da escrita alfabética.

Já no caso das crianças em contextos menos favorecidos da cultura escrita, é comum chegarem à escola sem que tenham tido oportunidades de interagir expressamente com as situações de leitura e escrita e, portanto, sem uma importante instrução que garanta que compreendam quais os alvos e propósitos de alfabetização e como se forma a linguagem que usa na escrita.

Portanto, nenhuma criança entra na escola sem nenhum conhecimento sobre a escrita e que o processo de alfabetização é demorado e trabalhoso para todas, não importa a classe social. Contudo, uma criança sem uma linguagem rica terá dificuldades para aprender a ler e escrever. Nesse sentido, os professores têm a tarefa de investigar quais são as experiências e saberes que os alunos possuem com a diversidade de textos escritos, como propiciar um investimento na sala de aula, no espaço escolar e na comunicação com a sociedade ampliando as experiências dos alunos com as práticas sociais de leitura e escrita.

[...] A alfabetização passa a ser uma tarefa interessante, que dá lugar a muita reflexão e a muita discussão em grupo. A língua escrita se converte num objeto de ação e não de contemplação. É possível aproximar-se dela sem medo, porque se pode agir sobre ela, transformá-la e recriá-la. É precisamente a transformação e a recriação que permitem uma real apropriação. (FERREIRO, 1993, p. 47).

Da mesma forma como ocorre com o desenvolvimento intelectual, também o desenvolvimento da linguagem sofre a influência do meio- sócio- cultural em que a criança. Por isso é comum haver, numa mesma classe crianças de níveis diferentes. Para muitas crianças a escola passa a ser frequentemente o lugar quase que exclusivo onde ela terá condições de interagir com o mundo da escrita de modo afetivo e eficiente. Contudo, para que as metas educacionais sejam alcançadas é de vital importância o envolvimento de todos os participantes do processo educativo – professor/ aluno/ família.

A relação entre professor e aluno deve ser uma relação dinâmica, como toda e qualquer relação entre seres humanos. Porém, nesta relação ambos ensinam e aprendem ao mesmo tempo, pois somos dotados de qualidades e de defeitos.

O aluno não é um depósito de conhecimentos e sim ele é um ser pensante, capaz de refletir, discutir, ter opiniões, participar e decidir o que quer ou não quer.

Diante disto, o educador deve ter uma boa comunicação com seus alunos, ouvi-los, e também respeitar seus pontos de vista e suas experiências. Assim, ele estará proporcionando a compreensão do significado da aprendizagem e a formação de cidadãos aptos a utilizar o conhecimento apreendido para atender às exigências social.

Os educadores têm condições de perceber claramente o processo de apropriação de conhecimento feito pelo aluno no que se refere ao processo de aprendizagem da leitura e escrita dos alunos especiais. A vivência contínua do ler e do escrever, até mesmo antes do início da educação formal (educação infantil), capacitará o aluno a compreender textos de diferentes disciplinas e a interpretar situações – problemas. Porém, isto não vale para todos os estudantes, pois muitos têm dificuldades na aprendizagem.

No entanto, sobre o processo de alfabetização, a BNCC (2017) aborda:

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga ‘codificar e decodificar’ os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, BNCC, 2017, p. 88).

Assim, o indivíduo torna-se capaz de instruir-se por meio da leitura e escrita e de selecionar entre muitas informações, aquelas que realmente forem relevantes ao texto. Sendo assim, as relações entre família e a escola devem consistir em uma preocupação de todos os profissionais da educação, pois é imprescindível essa integração para auxiliar as crianças com dificuldades de aprendizagem na alfabetização da leitura e escrita.

Relevante dizer que a família organiza o cotidiano da criança de acordo com a maneira como seus membros adultos entendem as possibilidades de desenvolvimento de que ele dispõe e as expectativas por eles. Formuladas. Com isso, as crianças têm diferentes oportunidades de aprendizagem.

Em língua escrita todas as metodologias tradicionais penalizam constantemente o erro, supondo que só se aprende através da reprodução correta, e que é melhor não tentar escrever, nem ler, se não está em condições de evitar o erro. A consequência inevitável é a inibição: as crianças não tentam ler nem escrever e, portanto, não aprendem. (FERREIRO, 1993, p. 31).

A criança é um ser completo, ela é competente, pois ao entrar na escola já traz consigo vivências e conhecimentos prévios que a escola deve aproveitar como alicerces para seu desenvolvimento e dessa maneira também assumirão uma função pedagógica. A criança, contudo, tem dificuldade para articular os conteúdos e novas experiências. Nossa sociedade está em constantes transformações, à escola, além

de ter a função de ensinar os conteúdos sistematizados, assume a responsabilidade de desenvolver as habilidades sociais que antes eram consideradas encargos apenas da família.

As crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais). (FERREIRO, 1993, p.25). A autora deixa claro que a alfabetização é um processo gradativo de construção conceitual, com foco no sujeito de aprendizagem, e não somente no método de ensino.

Hoje, se busca uma atividade conjunta com os familiares, de modo que possam promover o desenvolvimento dos filhos/alunos. Diante desta realidade, evidenciamos a importância que se devem dar as relações entre a família e a escola, isto no relewa a necessidade de uma relação complementar recíproca entre as instituições, o que auxilia na busca de caminhos que não existe esta relação fica esquecida, mas sim que seja significativa e participativa.

Diante disso, podemos dizer que ensinar a ler e a escrever exige um estudo constante para conhecer como as crianças aprendem as práticas de linguagem e as atividades fundamentais em classe ou em qualquer lugar que estejam. A leitura é como podemos perceber um processo em que o leitor utiliza um trabalho ativo de construção do significado do texto do que sabe sobre a língua.

[...] na língua oral não se aprende um fonema nem uma sílaba e nem uma palavra por vez. As palavras são aprendidas, são definidas e são redefinidas continuamente. Não há um processo cumulativo simples, unidade por unidade, mas desorganização, desestruturação e reestruturação contínua. As crianças procuram ir sistematizando o que aprendem (na aprendizagem da linguagem e em todos os domínios do conhecimento) põem à prova a organização conseguida através de atos efetivos de utilização do conhecimento adquirido, e reestruturam quando descobrem que a organização anterior é incompatível com os dados da experiência. São ativas por natureza; não se trata de motivá-las para que o sejam [...] (FERREIRO, 1993, p. 31).

Dessa forma, o aprendizado da leitura é um momento importante na alfabetização, ou seja, na educação, que começa na alfabetização e se estende por toda educação básica sendo neste período que as crianças realizam as mais importantes e necessárias descobertas, vivenciando novas experiências de leitura e escrita, porém, muitas crianças não conseguem acompanhar o aprendizado junto, com outras crianças, necessitando de uma aprendizagem diferenciada para sanar suas dificuldades de leitura e escrita nesse processo.

Nessa perspectiva, a aprendizagem é considerada uma construção do sujeito em interação com o objeto de conhecimento. Por isso, se por um lado a escola objetiva a formação do sujeito, o que implica todo um leque de intencionalidades para formar leitores em potencial por outro, é imprescindível a busca de resgatar as funções e usos sociais da leitura, que vão garantir que esse leitor alcance seus objetivos e processos no uso da leitura.

Contudo, no espaço de sala de aula, onde as experiências de leitura deveriam se aprofundar, em ênfase recai no processo de sistematização da leitura, quase que em detrimento das outras

possibilidades e os responsáveis pelo processo de leiturização acabam empregando como pretexto e fragmentados de textos retirados quase que exclusivamente de livros didáticos e propondo uma leitura desconectada e destinada unicamente a avaliar conhecimentos restritos. “A alfabetização, enquanto processo individual, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança e a atualização individual para acompanhar essas mudanças é constante” [...]. (FERREIRO, 1993, p.15).

Assim, não existe uma idade ideal para o aprendizado da leitura. As crianças aprendem a ler participando de atividades de uso da escrita com as pessoas que dominam esse conhecimento aprendem a ler quando acham que podem fazer isso, pois cada criança aprende no seu próprio tempo. Desta maneira, para que esta aprendizagem aconteça é preciso que haja a participação em atos de leitura e escrita desde o início da escolarização. Se os alunos compreendem a escrita, no final dessa etapa eles estarão naturalmente alfabetizados (ou aptos a dar passos mais ousados em seus papéis de leitores).

No que diz respeito à deficiência intelectual dos alunos, é fundamental o professor buscar entender as suas dificuldades e limitações de raciocínio. Trabalhar por meio de atividades lúdicas que despertem a sua atenção e curiosidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluímos que os alunos com necessidades educacionais especiais não podem mais ser visto como indivíduos segregados de nossa realidade social e nem como sendo portadores de algo necessariamente incurável e irremediável.

Sabe-se que o meio tem enorme influência no desenvolvimento tanto intelectual quanto sócio-emocional dessa clientela, de maneira que somos responsáveis por grande parte de seu sucesso ou de seu fracasso, no que diz respeito ao seu desempenho global.

Os alunos com necessidades especiais são capazes de adquirir um repertório de comportamentos que lhes são ensinados; portanto, é válido investir e empenhar em sua educação, tornando-a relevante para ele mesmo, bem como à sociedade à qual pertence.

O estudo trouxe uma importante discussão que a partir da compreensão e a vivência de diversas situações de comunicação, o educador tem condições de perceber claramente o processo de apropriação de conhecimento feito por seus alunos e, especificamente as dificuldades na alfabetização da leitura e escrita. Desta forma, é possível planejar a mediação e a intervenção pedagógica com o intuito de melhorar a atuação do educador.

A prática pedagógica compreende dois pontos principais: a participação construtivista do aluno no processo de aprendizagem e a necessidade de intervenção dos professores na aprendizagem dos conteúdos.

Da mesma forma, como ocorre com o desenvolvimento intelectual, também o desenvolvimento da linguagem sofre a influência do meio- sócio- cultural da criança com necessidades especiais. Por isso

é comum haver, numa mesma classe crianças de níveis diferentes. Para muitas crianças a escola passa a ser frequentemente o lugar quase que exclusivo onde ela terá condições de interagir com o mundo da escrita de modo afetivo e eficiente.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, dezembro de 2017.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca da Educação – Série 8 – Atualidades em educação – v.2).

FERREIRO, Emília. **Alfabetização, letramento e construção de unidades linguísticas**. In: *Seminário Internacional de Leitura e Escrita – Letra e Vida*, promovido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, 2005.

FREIRE, F. MP. VALENTE, A. **Aprendendo para a vida: Os computadores na sala de aula**, São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção Leitura).

MACIEL, Francisca Izabel Pereira, LÚCIO, Iara Silva. **Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática**. In: CASTANHEIRA, Maria Lúcia et al (orgs). *Alfabetização e letramento na sala de aula*. 2 ed. Belo Horizonte: Ceale, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua Nova, São Paulo, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: Caminhos e Descaminhos**. Revista Pátio. Ano VIII, n. 29, fev./abr. 2004.